

“Contato ampliado” com o Fundo

por Celso Pinto
de São Paulo

A expressão surgiu na reunião em que a diretoria do FMI examinou o relatório sobre a economia brasileira, no último dia 10. Foi incluída no texto enviado pelo diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, ao Clube de Paris e acabou inserida na carta que o Clube enviou ao governo brasileiro na semana passada.

O que foi dito nessas três ocasiões é que o relacionamento entre o Brasil e o FMI será pautado, daqui para a frente, por um “enhanced contact”, algo que poderia ser traduzido por contato ampliado, frequente ou mais intenso. É uma fórmula inovadora, sem precedentes no Fundo, e mantida, por enquanto, propositadamente vaga.

Em essência, como explicou a este jornal o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, o “enhanced contact” embute uma promessa do País em manter o FMI constantemente informado sobre sua economia, independente da visita anual de seus técnicos, prevista pelo artigo 4º do Convênio Constitutivo do Fundo.

Para os credores, é uma garantia de algo mais do que a visita anual; para o Brasil é a preservação de algo menos do que uma “enhanced surveillance” (ou supervisão ampliada).

Ao contrário do que acontece com o esquema de “supervisão ampliada”, o “contato ampliado” não é uma modalidade prevista no Convênio Constitutivo do FMI. A implicação é importante. Enquanto a “supervisão ampliada”, prevista no artigo 4º do Convênio, tem seus termos práticos definidos pela direção do FMI, o “contato ampliado” deverá ser detalhado a partir de um acordo direto entre o Brasil e seus credores, posteriormente informado ao Fundo, esclareceu uma fonte financeira de Washington, que acompanha de perto o FMI.

(Continua na página 16)

O Brasil teve renovadas automaticamente até 31 de março as amortizações da dívida externa que vencem no primeiro trimestre de 1987 pelos bancos credores.

“Contato ampliado” com o...

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

Ela é uma fórmula conciliatória, imaginada para romper o impasse criado pelo Brasil na discussão preliminar com seus credores por não aceitar nenhum esquema de monitoramento formal do FMI. Propositadamente, a definição de sua mecânica de operação ficou para depois. Provavelmente será algo a ser definido com os bancos credores. Assim como os termos da “supervisão ampliada” são acertados nos contratos de renegociação com os bancos, também os detalhes do “contato ampliado” deverão ser explicitados em cláusulas dos acordos a serem assinados com os bancos, supõe a fonte de Washington.

Por enquanto, existe um acordo tácito sobre alguns

pontos básicos do “contato ampliado”. Ele deverá ser um esquema de acompanhamento mais frouxo do que o da “supervisão ampliada”, portanto, não deverá incluir exigência de fixação de metas para a economia brasileira verificadas por duas missões anuais do Fundo e seguidas por dois relatórios. Haverá uma única visita anual dos técnicos do FMI ao Brasil, mas técnicos brasileiros poderão ir a Washington levar informações sempre que for relevante. O ponto central, como está destacado na carta que o Clube de Paris enviou ao Brasil, é manter os credores com um fluxo permanente de informações. A forma, a periodicidade e o alcance serão definidos depois com os bancos e informados ao FMI.

Por ser uma relação for-

malmente mais branda com o FMI, o “contato ampliado” poderá, eventualmente, abrir uma nova etapa nas negociações entre países devedores e credores. Logo depois do início da crise da dívida, em 1982, a participação do FMI limitava-se ao esquema tradicional: o País montava um programa de empréstimos, normalmente do tipo “stand-by”, sujeito à fixação de metas trimestrais acompanhadas pelo “staff” do Fundo.

Ainda hoje a maioria dos países devedores continua tendo de montar um programa tradicional com o FMI para fechar acordos. A Nigéria é um exemplo: negociou, longamente, um acordo “stand-by” com o Fundo e, depois de aprovação, foi ao Clube de Paris, semana passada, renegociar suas dívidas oficiais. O único desvio da Nigéria em relação à regra clássica é que o país, depois de assinar o acordo com o FMI, declarou que não iria sacar, por enquanto, os recursos a que teria direito, alegando razões políticas internas. De todo modo, o Clube de Paris não abriu nenhuma exceção quando acertou o reescalonamento das dívidas oficiais com a Nigéria, na semana passada. O caso brasileiro continua sendo o primeiro em que o Clube aceitou abrir negociações (no próximo dia 19 de janeiro) sem haver um prévio acordo formal com o FMI, mas apenas o “contato ampliado”.

Em 1984, inaugurou-se uma nova fase, com a introdução da “supervisão ampliada”. Este esquema foi imaginado como um “prêmio” ao México, pelo êxito inicial de seu ajuste (depois anulado pela baixa dos preços do petróleo). O México jamais colocou em prática o esquema. Na verdade, ele só foi acertado, até hoje, em dois países: Iugoslávia e Venezuela. E no caso da Venezuela não está em vigor, já que o país denunciou os termos de seu acordo com os bancos. Em ambos os casos, o esquema prevê fixação de metas pelo país, especialmente externas, e a elaboração de dois relatórios anuais pelos técnicos do Fundo.

É bom lembrar, de todo modo, que por enquanto o único passo concreto dado foi a aceitação pelo Clube de Paris da discussão de um acordo relativo aos atrasados dos últimos dois anos (mais um acordo provisório para 1987) baseado no “contato ampliado”. As autoridades brasileiras supõem que, por ter sido superada esta etapa, os bancos deverão aceitar algo semelhante. No entanto, esta é uma tese a conferir, que depende, em certa medida, do que o País pedirá.

Alencar diz que ainda não estão definidos em detalhes os termos da negociação. Um ponto central está em aberto: se o Brasil pedirá, ou não, dinheiro novo, involuntário, aos bancos. Isto dependerá, entre outras coisas, de saber quanto poderá ser obtido em créditos oficiais depois de concluído o acordo com o Clube de Paris (provavelmente pelo menos US\$ 1 bilhão). De forma ainda vaga, tem sido mencionada, em Brasília, uma necessidade da ordem de US\$ 4 bilhões para recompor reservas e fechar as contas em 1987.

Na projeção que o Banco Central deverá divulgar nos próximos dias, no entanto, insiste-se num superávit comercial de US\$ 11,5 bilhões em 1987, que permitiria um pequeno superávit em transações correntes e reduziria a necessidade de dinheiro novo.

Várias fontes de Brasília acham a projeção irrealista. A fonte de Washington a considera prudente se puder ser concretizada: seria a forma de contornar, definitivamente, uma crise cambial.